

Mercados

informação global



Índia Ficha de Mercado

Junho 2008



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação económica e Perspectivas	04
2.2 Comércio Internacional	05
2.3 Investimento	08
2.4 Turismo	09
3. Relações Económicas com Portugal	10
3.1 Comércio	10
3.2 Investimento	14
3.3 Turismo	16
4. Relações Internacionais e Regionais	16
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	18
5.1 Regime Geral de Importação	18
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	20
5.3 Quadro Legal	22
6. Informações Úteis	23
7. Endereços Diversos	25
8. Fontes de Informação	29
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	29
8.2 Endereços de Internet	30

1. O País em Ficha

Área:	3.287.263 km ²
População:	1.129 Milhões de habitantes (estimativas 2007)
Densidade populacional	343,4 hab./km ² (estimativas 2007)
Designação oficial:	República da Índia
Forma de Estado	República federal com 29 estados e seis territórios
Chefe do Estado	Presidente Pratibha Patil. Foi eleito em Julho de 2007 (mandato de 5 anos).
Primeiro Ministro	Manmohan Singh
Data da actual Constituição:	Janeiro de 1950
Principais Partidos Políticos:	Congresso Nacional Indiano; Partido Bharatiya Janata (BJP); Partido Comunista da Índia (Marxista); Partido Samajwadi; Rashtriya Janata Dal (RJD); Partido Bahujan Samaj (BSP); Dravida Munnetra Kazhagam (DMK); Shiv Sena; Biju Janata Dal (BJD); Partido do Congresso Nacionalista (NCP); Shiromani Akali Dal; Janata Dal (United).
Governo	A Aliança Progressista Unida (UPA), uma coligação liderada pelo Congresso Nacional Indiano, ganhou um grande número de lugares no Parlamento e formou uma minoria governamental, instalando Manmohan Singh como Primeiro-Ministro. A UPA é apoiada pela Frente de Esquerda, um grupo formado pelos partidos da ala esquerda e dominado pelo Partido Comunista da Índia. As últimas eleições para a Câmara Baixa do Parlamento (<i>Lok Sabha</i>) decorreram em Maio de 2004, estando as próximas previstas para Maio de 2009.
Capital:	New Delhi (12,8 milhões de habitantes) (censo de 2001)
Outras cidades importantes:	Mumbai (Bombay – 16,4 milhões); Kolkata (Calcutta – 13,2 milhões); Chennai (Madras – 6,4 milhões); Bangalore (5,7 milhões) e Hyderabad (5,5 milhões).
Religião:	De acordo com o censo de 2001, 80,5% da população é hindu e 13,4% muçulmana. Existem ainda outras minorias, nomeadamente cristãos (2,3%), sikhs (1,9%), budistas (0,8%) e jainistas (0,4%).
Língua:	A língua oficial é o hindi, falado por cerca de 30% da população. O inglês é normalmente utilizado na administração, na área dos negócios e como segunda língua. A Constituição reconhece ainda 17 dialectos regionais, dos quais se destaca o tamil.
Unidade monetária:	Rupia indiana (INR) 1 EUR = 66,32 INR (média semanal – 2 Junho 2008)
“Ranking” em negócios:	Risco político BBB (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco de estrutura económica BBB (AAA = Risco menor, D = risco maior) Ranking de negócios: Índice 6,33 (10 = máximo) Ranking geral 56 (entre 82 países)
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Março 2008)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado (2007):	Exp.+ Imp. / PIB = 33,2% Imp. / PIB = 20,1% Imp. / Imp. Mundial = 1,4%
Fontes:	The Economist Intelligence Unit (EIU) – Country Report May 2008 EIU ViewsWire – Junho 2008 OMC Banco de Portugal COSEC

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^b	2008 ^c	2009 ^c	2010 ^c
População	Milhões	1,080	1,095 ^b	1,110 ^c	1,125	1,140	1.155
PIB a preços de mercado	INR10 ⁹	35.803	41.458	46.936	53.265	61.058	69.434
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	808,5	927,2	1.146,9	1.394,3	1.684,7	1.960,0
PIB <i>per capita</i>	USD	750	850	1.030	1.240	1.480	1.700
Crescimento real do PIB	Var. %	9,2	9,7	8,7	7,6	7,1	7,4
Consumo privado	Var. %	8,0	7,1	6,8	5,8	6,5	6,3
Consumo público	Var. %	5,4	6,2	5,5	11,0	9,0	9,0
Formação bruta de capital fixo	Var. %	26,1	15,1	15,7	12,0	11,2	11,0
Taxa de desemprego	%	8,1 ^b	7,6 ^b	7,2	6,8	6,4	6,4
Taxa de inflação	%	4,2	6,2	6,4 ^a	6,0	5,7	5,3
Dívida pública	% do PIB	61,3	59,7	58,0	56,3	53,9	51,8
Saldo do sector público	% do PIB	-4,1	-3,4	-3,2	-3,2	-3,2	-2,9
Balança corrente	10 ⁹ USD	-10,3	-9,5	-11,8 ^a	-33,9	-26,3	-30,4
Balança corrente	% do PIB	-1,3	-1,0	-1,0	-2,4	-1,6	-1,5
Taxa de câmbio	1 USD = X INR	44,1	45,3	41,3 ^a	38,5	36,4	35,5

Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores efectivos

(b) Estimativas;

(c) Previsões. O ano fiscal tem início no dia 1 de Abril.

Com quase 17% da população mundial¹, a economia indiana é a quarta a nível mundial em termos de paridade do poder de compra (depois dos EUA, China e Japão), ainda que mais de um quarto dos seus habitantes vivam em condições de pobreza.

O elevado crescimento económico dos últimos anos, impulsionado pela forte expansão da indústria transformadora e dos serviços, permitiu consolidar uma classe média de 250 milhões de pessoas (com a incorporação anual de cerca de 20 milhões) com poder aquisitivo para comprar bens de consumo duradouro e com hábitos de compra cada vez mais parecidos aos ocidentais.

As estimativas indicam que o crescimento económico no ano fiscal 2007-2008² atingiu 8,7%, o que significou um abrandamento de um ponto percentual face ao ano anterior. As autoridades económicas assinalam que é aceitável um certo grau de flutuação cíclica numa economia que está em plena fase de

¹ 54% tem menos de 25 anos.

² O ano fiscal indiano decorre de 1 de Abril a 31 de Março.

modernização, globalização e elevado crescimento, tendo o 11º Plano Quinquenal (2007-2012) estabelecido um objectivo de crescimento médio anual de 9%.

Segundo as previsões do Governo indiano, a economia deverá crescer 8,5% em 2008, mas a *Economist Intelligence Unit* (EIU) faz uma projecção mais pessimista e aponta para um crescimento de 7,6% devido à conjugação de factores como o aumento dos custos financeiros, a taxa de inflação elevada, a política monetária restritiva, o aumento do preço internacional das matérias-primas e o abrandamento do crescimento económico mundial.

A taxa de inflação tem-se situado acima das previsões, existindo o risco de agravamento resultante da pressão exercida pelos preços elevados do petróleo e dos bens alimentares, associados ao aumento dos salários e a um défice fiscal superior ao previsto. O governador do RBI (*Reserve Bank of Índia* – Banco Central) já anunciou que a nova política monetária tende a contrariar este risco e tem como objectivo conter a inflação, baixando a respectiva taxa para próximo dos 5%, o que poderá ter reflexos no crescimento económico do país. A instituição considera que a economia indiana apresenta condições favoráveis, assentes no crescimento da produtividade, na modernização económica e na transformação estrutural.

Estima-se que o défice da balança corrente aumente, em 2008, para 2,4% do PIB (1% em 2007), diminuindo para 1,6% em 2009 em resultado de um forte aumento das transferências correntes e da exportação de serviços que irão contrabalançar o elevado défice da balança comercial.

Prevê-se que a apreciação da Rupia face o Dólar, que se iniciou em Setembro de 2006, persista no período em análise (até 2010); as perspectivas de que o país se torne cada vez mais atractivo para o investimento directo estrangeiro, poderão vir a exercer ainda mais pressão sobre a referida moeda.

2.2 Comércio Internacional

Evolução da balança comercial

(10 ⁹ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportação fob	60,9	77,9	102,2	123,0	150,8
Importação fob	75,5	106,0	149,4	185,0	230,2
Saldo	-14,6	-28,1	-47,2	-62	-79,4
Coeficiente de cobertura (%)	80,7	73,5	68,4	66,5	65,5
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	31º	30º	29º	28º	n.d.
Como importador	24º	24º	17º	17º	n.d.

Fontes: EIU; WTO - World Trade Organization

Nota: n.d. – não disponível

A expansão económica e o forte crescimento das importações de petróleo conduziram ao agravamento do défice da balança comercial, estando as importações a crescer a uma taxa superior à das exportações. A taxa média anual de crescimento, no período de 2003 a 2007, foi de 25,5% e de 32,4% para as exportações e importações, respectivamente.

O grau de integração da economia indiana com o resto do mundo tem vindo a crescer, embora menos acentuadamente do que as restantes economias emergentes. O quociente entre a soma do valor das importações e exportações e o produto interno bruto (Imp. + Exp. / PIB) foi de 33,2% em 2007 (22,5% em 2001), mas se acrescentarmos os serviços, este indicador sobe para cerca de 48%.

Em termos de volume, os fluxos comerciais da Índia representaram, em 2007, cerca de 1,4% e 1% das importações e exportações mundiais, respectivamente.

Principais Clientes

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	16,6	1º	15,4	1º	14,9	1º
EAU	8,5	2º	9,5	2º	9,5	2º
China	6,6	3º	6,4	3º	6,6	3º
Singapura	5,5	4º	5,1	4º	4,8	4º
Reino Unido	5,0	5º	4,4	5º	4,4	5º

Fonte: Department of Commerce - Min. of Commerce of India

Principais Fornecedores

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
China	7,3	1º	9,0	1º	9,4	1º
Arábia Saudita	1,1	21º	6,3	2º	7,2	2º
EUA	5,5	3º	5,7	3º	6,3	3º
Suíça	5,1	4º	4,6	4º	4,9	4º
EAU	3,9	5º	4,3	5º	4,7	5º

Fonte: Department of Commerce - Min. of Commerce of India

A União Europeia é o maior parceiro comercial da Índia, representando, respectivamente, 21,2% e 16,1% das exportações e importações totais no último ano. Deste grupo de países, destacam-se como principais clientes o Reino Unido, Alemanha, Itália e Bélgica; a Alemanha surge como principal fornecedor, seguida da Bélgica e do Reino Unido.

Os cinco principais países clientes da Índia – EUA, Emirados Árabes Unidos, China, Singapura e Reino Unido - ocuparam as mesmas posições ao longo dos últimos três anos. No que se refere aos principais países fornecedores - China, Arábia Saudita, EUA, Suíça e EAU - verificou-se a entrada da Arábia Saudita que desde 2006 ocupa a segunda posição no *ranking* (21ª em 2005).

Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
27 – Combustíveis e óleos minerais	14,9	27 – Combustíveis e óleos minerais	33,3
71 – Pérolas, pedras e metais preciosos	12,7	71 – Pérolas, pedras e metais preciosos	12,2
29 – Produtos químicos orgânicos	4,5	84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	10,0
72 – Ferro fundido, ferro e aço	4,4	85 – Máquinas e aparelhos eléctricos	7,8
62 – Vestuário e acessórios, excepto de malha	4,2	72 – Ferro fundido, ferro e aço	3,3

Fontes: Department of Commerce - Min. of Commerce of India
 Nota: Os valores referem-se ao ano fiscal com início em Abril de 2006

De acordo com o Ministério do Comércio da Índia, o crescimento das exportações tem sido dinamizado pelo petróleo e derivados (que aumentaram 400% entre 2004 e 2007), pedras preciosas, produtos de engenharia e produtos agrícolas e derivados.

Por outro lado, a importância das exportações de serviços é cada vez maior e com um peso crescente na balança corrente; a percentagem das exportações de serviços relativamente às exportações de mercadorias passou de 40,5% em 2004 para 63,9% em 2007. Dos principais sectores exportados destacam-se os serviços de software e os serviços às empresas, que em conjunto representam 63,3% das exportações de serviços (34,5% software e 28,8% serviços às empresas). Por ordem decrescente segue-se o turismo, transportes, serviços financeiros, comunicações e seguros.

Em termos de importações, destaca-se o petróleo e derivados, que representam cerca de um terço do valor global das importações indianas e apresentaram um crescimento de 23% em 2007, face ao ano anterior. Todos os restantes principais sectores de importação (pérolas e pedras preciosas, máquinas e aparelhos, ferro e aço, produtos químicos orgânicos, ouro, aeronaves e outros aparelhos aéreos, plásticos e suas obras) registaram aumentos significativos.

No que se refere aos serviços, os principais sectores importadores são os serviços às empresas (cujo valor se aproxima do total das exportações), transportes, turismo, software, serviços financeiros, comunicações e seguros. Em termos líquidos, destacam-se os serviços de software como os mais importantes, com um superavit de 28.798 milhões de USD, correspondente a 88% do excedente da balança de serviços.

2.3 Investimento

Com a reforma do regime legal para os investimentos e a melhoria geral do clima de confiança na economia indiana, os fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) têm vindo a registar um crescimento relevante ao longo dos anos, particularmente em 2006 e 2007. No último ano, o stock de IDE atingiu cerca de 95,3 mil milhões de USD, o que representa 8,3% do PIB.

No entanto, a Índia apresenta actualmente um nível baixo de entrada de IDE em comparação com outros países emergentes³, embora esteja a ganhar atractividade enquanto destino de investimento como refere o relatório de 2007 da consultora A.T. Kearney (*New Concerns in an Uncertain World*). Para os executivos europeus, o país situa-se no primeiro lugar do *ranking* dos países que apresentam maior atractividade para o IDE, enquanto para os asiáticos e para os norte-americanos a Índia posiciona-se respectivamente em segundo e terceiro lugar.

Das vantagens competitivas que o país apresenta à escala global, destacam-se o domínio da língua inglesa; a competência ao nível das engenharias, da medicina, da biologia, da economia e aplicações financeiras (com crescimentos de cerca de meio milhão de novos quadros por ano); bem como o baixo escalão etário da maioria da sua população (54% tem menos de 25 anos o que significa que um quarto da juventude mundial vive na Índia).

O principal sector de destino do IDE é o dos serviços, mas as potencialidades do mercado estendem-se a um vasto leque de sectores (automóvel e componentes, biotecnologia, farmacêutico, material eléctrico e electrónico, ambiente, etc.). Existe um grande interesse por parte do Governo da Índia em atrair investimento estrangeiro, tendo-se fixado um valor de 150 mil milhões de USD para o período 2005-2015. Um dos sectores de maior aposta para a participação do sector privado, diz respeito à construção e manutenção de infraestruturas energéticas, rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Os especialistas assinalam a deficiente dotação de infraestruturas do país como um dos maiores problemas da economia indiana. Calcula-se que para fazer face aos projectos do Governo e manter a taxa de crescimento económico em cerca de 9%, as necessidades de investimento no período 2007-2012 ascendem a cerca de 500 mil milhões de USD. Devido às restrições orçamentais dos Governos (central e estaduais), a participação do capital privado nacional e estrangeiro, através do sistema de PPP (parcerias públicas e privadas), adquire especial relevância.

³ O stock de IDE da China, em 2007, ascendia a 378 mil milhões de USD, correspondente a 11,7% do PIB.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007 ^a
Investimento estrangeiro na Índia	4 323	5 771	7.606	19.662	22.950
Investimento da Índia no estrangeiro	1 879	2 179	2 978	12.842	13.649
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	24 ^o	25 ^o	30 ^o	21 ^o	n.d.
Como emissor	31 ^o	32 ^o	40 ^o	21 ^o	n.d.

Fontes: EIU e UNCTAD – World Investment Report 2007

Notas: (a) Estimativas;
 n.d. – não disponível

No que se refere ao investimento indiano no exterior (menos significativo do que o IDE), verificou-se igualmente um forte aumento nos dois últimos anos.

2.4 Turismo

O sector do turismo contribui de forma directa e indirecta para quase 6% do PIB e 9% do emprego do país. Ainda que se tenha verificado um crescimento contínuo ao longo dos últimos anos, o número de entradas de turistas é baixo, alcançando perto de 5 milhões em 2007, o que representa uma quota de 0,5% a nível mundial.

O Reino Unido e os EUA constituem os principais países emissores, representando, respectivamente, cerca de 17% e 16% dos turistas que visitam a Índia. De acordo com o relatório de 2006 do *Travel & Tourism Economic Research* do WTTC, estima-se para o período 2007-2016, um crescimento médio anual para o sector da ordem dos 8%.

A posição da Índia no mercado mundial do turismo está enfraquecida pelo facto do mercado ser percebido internacionalmente como um país pobre e politicamente instável, no qual têm que ser tomadas precauções e cuidados especiais de saúde. Contudo, a Índia tem um enorme potencial, com importantes atracções naturais (como as maiores montanhas do mundo, uma imensa costa com boas praias, floresta e vida selvagem), atracções culturais de grande impacto, bem como uma localização estratégica em termos de transportes.

Indicadores do Turismo

	2003	2004	2005	2006	2007
Turistas (10 ³)	2.726	3.457	3.919.	4.430.	4.970
Receitas (10 ⁹ USD)	4,1	n.d.	7,5	8,9	11,9

Fonte: WTO – World Tourism Organization

Nota: n.d. – não disponível

No que respeita ao *outbound* e de acordo com dados do UNWTO World Tourism Barometer de 2007, o maior crescimento está a ser verificado pelos mercados emergentes, tendo a Índia registado um crescimento de 28% em 2006 relativamente ao ano anterior.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio

Apesar da evolução positiva que se tem vindo a registar no relacionamento económico entre Portugal e a Índia, constata-se que o mesmo se encontra ainda bastante aquém das suas potencialidades. Em 2007, a Índia foi o 52º cliente de Portugal (com uma quota de 0,09%) e posicionou-se em 25º lugar enquanto fornecedor (com uma quota de 0,63%).

Importância da Índia nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Como cliente	Posição	52 ^a	55 ^a	50 ^a	52 ^a	52 ^a
	%	0,06	0,06	0,06	0,09	0,09
Como fornecedor	Posição	29 ^a	29 ^a	29 ^a	33 ^a	25 ^a
	%	0,38	0,38	0,38	0,44	0,63

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Valores declarados

De acordo com os dados do INE, verifica-se que as transacções comerciais bilaterais apresentam um saldo tradicionalmente desfavorável para Portugal, situação que se tem vindo a agravar ao longo dos últimos anos. Em 2007, o montante das exportações e das importações foi de 31,9 milhões de euros e de 349,5 milhões de euros, respectivamente, o que se traduziu num défice para Portugal no montante de 317,6 milhões de euros.

No período 2003-2007, as exportações portuguesas para a Índia registaram uma evolução positiva, traduzida numa taxa de crescimento médio anual da ordem dos 16%, embora no último ano o aumento tenha sido de 10,4% (relativamente a 2006). Também as importações tiveram um crescimento médio anual de cerca de 23% ao longo do mesmo período, mas em 2007 o aumento traduziu-se em 47% face ao ano anterior.

No primeiro trimestre de 2008, relativamente ao período homólogo do ano anterior, verificou-se uma tendência de forte crescimento tanto das exportações portuguesas para a Índia (84,9%) como das importações (74%).

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007	Evol. ^a %	Jan/Mar 2007	Jan/Mar 2008	Var. % 08/07
Exportações	18.223	18.363	25.855	28.872	31.882	15,9	5.492	10.157	84,9
Importações	158.969	175.561	207.901	237.875	349.500	22,6	84.943	147.774	74,0
Saldo	140.746	157.198	182.326	209.070	-317.618		-79.451	-137.617	
Coef. Cobertura (%)	11,5	10,5	12,4	12,1	9,1		6,5	6,9	

Fonte: NE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2003-2007

Valores declarados

As exportações portuguesas estão concentradas em dois grupos de produtos – máquinas/aparelhos e metais comuns – que, em conjunto, representam 47,7% do total. Esta concentração está relacionada com as características do país comprador, que se encontra numa fase de grande desenvolvimento. Nos restantes grupos de produtos exportados regista-se alguma diversificação, existindo cinco grupos que têm pesos iguais ou superiores a 5%.

- Máquinas e aparelhos – este conjunto agrega as máquinas e aparelhos mecânicos e eléctricos e ocupou destacadamente a primeira posição no total das exportações portuguesas para a Índia nos últimos anos. Comparando os valores exportados em 2007 (8,6 milhões de euros) face a 2003, verifica-se um aumento de 37%, embora se registre uma quebra do peso relativo. No entanto, se a comparação recair nos últimos dois anos, há a registar um decréscimo de cerca de 33%. Em 2007, as máquinas e aparelhos representaram 27% do total exportado, dos quais 15% dizem respeito ao subgrupo das máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e os restantes 12% referem-se a máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes.
- Metais comuns – esta categoria constitui a segunda principal exportação portuguesa para a Índia, com uma quota de 20,6%, no último ano. De 2003 para 2007 este conjunto registou um crescimento de 299%. Numa análise mais detalhada constata-se a importância do alumínio e suas obras (5,5% do total), do zinco e suas obras (4,4%) e do ferro fundido, ferro e aço (2,7).
- Peles e couros – esta categoria foi a terceira mais exportada para a Índia (9,9% do total em 2007). Em valor nominal, este grupo aumentou 85,3% de 2003 para 2007, mas em termos de peso relativo não se registaram oscilações significativas. O principal subgrupo é constituído pelas peles (excepto peles com pelo) e couros que, no último ano, representaram 8,8% das exportações totais.
- Matérias têxteis – este quarto grupo, que registou um crescimento regular ao longo dos últimos anos, correspondeu a 8,9% das exportações para a Índia em 2007. O algodão constitui o subgrupo mais representativo (4% do total), seguindo-se os tecidos impregnados, revestidos ou estratificados (1,4%).

- Plásticos e borracha – este agrupamento representou 7,7% do total exportado por Portugal para a Índia em 2007 (5,8% em 2003) e registou uma taxa de crescimento de cerca de 132% face a 2003. Numa desagregação mais fina, o subgrupo que mais se destacou foi o dos plásticos e suas obras, com um peso de 4,1%.
- Calçado - este sexto grupo perdeu peso relativo entre 2003 e 2007, representando no último ano cerca de 5,4% do total das exportações, mas em termos nominais cresceu cerca de 54% no mesmo período.
- Outros grupos significativos – quanto aos restantes produtos exportados, importa destacar as pastas celulósicas e papel que representaram cerca de 5% do total exportado em 2007, a madeira e cortiça (4,2%), os produtos químicos (2,8%) e os minerais e minérios (2%).

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Máquinas e aparelhos	6.307	34,61	12.868	44,57	8.643	27,11
Metais comuns	1.645	9,03	2.380	8,24	6.555	20,56
Peles e couros	1.705	9,35	2.546	8,82	3.160	9,91
Matérias têxteis	1.292	7,09	2.055	7,12	2.821	8,85
Plásticos e borracha	1.053	5,78	1.916	6,63	2.444	7,67
Calçado	1.129	6,20	1.608	5,57	1.734	5,44
Pastas celulósicas e papel	741	4,06	1.011	3,50	1.579	4,95
Madeira e cortiça	967	5,31	1.712	5,93	1.352	4,24
Produtos químicos	312	1,71	705	2,44	899	2,82
Minerais e minérios	1.243	6,82	354	1,22	640	2,01
Produtos alimentares	27	0,15	296	1,03	547	1,72
Vestuário	125	0,69	412	1,43	504	1,58
Veículos e outro material de transporte	39	0,21	79	0,27	430	1,35
Instrumentos de óptica e precisão	140	0,77	497	1,72	429	1,35
Produtos agrícolas	1.375	7,55	71	0,25	46	0,14
Combustíveis minerais	--	--	259	0,90	4	0,01
Outros produtos	124	0,68	104	0,36	94	0,29
Total	18.223	100,00	28.872	100,00	31.882	100,00

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão poderá haver discrepância, para aqueles períodos, entre estes totais e os da balança comercial.

Valores declarados

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Matérias têxteis	61.663	38,79	88.992	37,41	100.947	28,88
Combustíveis minerais	0	0,00	0	0,00	40.387	11,56
Produtos agrícolas	17.288	10,87	25.585	10,76	35.296	10,10
Máquinas e aparelhos	4.463	2,81	7.764	3,26	31.539	9,02
Metais comuns	6.478	4,08	20.447	8,60	28.114	8,04
Calçado	11.972	7,53	22.029	9,26	23.694	6,78
Plásticos e borracha	2.447	1,54	13.674	5,75	17.761	5,08
Vestuário	5.253	3,30	14.612	6,14	16.829	4,82
Produtos químicos	20.018	12,59	13.242	5,57	15.454	4,42
Peles e couros	19.187	12,07	13.602	5,72	11.862	3,39
Produtos alimentares	889	0,56	5.885	2,47	11.161	3,19
Veículos e outro material de transporte	1.566	0,98	1.340	0,56	6.337	1,81
Outros produtos	4.323	2,72	6.883	2,89	6.191	1,77
Minerais e minérios	1.804	1,14	2.037	0,86	1.858	0,53
Instrumentos de óptica e precisão	809	0,51	1.175	0,49	1.521	0,44
Madeira e cortiça	615	0,39	429	0,18	346	0,10
Pastas celulósicas e papel	192	0,12	171	0,07	203	0,06
Total	158.969	100,00	237.867	100,00	349.500	100,00

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão poderá haver discrepância entre estes totais e os da balança comercial. Valores declarados.

As importações portuguesas da Índia apresentam uma elevada concentração em matérias têxteis (29% do total em 2007), o que é consentâneo com a elevada competitividade do mercado indiano nestes produtos. Seguem-se os combustíveis minerais, com 11,6% e os produtos agrícolas (10,1%). Estes três principais grupos de produtos representam mais de 50% do total importado.

- Matérias têxteis – este grupo de produtos constitui a principal importação proveniente da Índia, tendo-se registado um aumento de 64% em 2007 face a 2003. No entanto, verifica-se que ao longo dos últimos anos, este conjunto tem vindo a perder peso em termos relativos. O subgrupo mais importante é constituído pelo algodão, com uma quota de 17,5%, destacando-se os fios de algodão como o produto mais representativo (13,7% do total), seguido dos tecidos de algodão (2,3%).
- Combustíveis minerais – esta categoria constitui a segunda principal importação portuguesa da Índia, com uma quota de 11,6% do total, no último ano. Trata-se exclusivamente da importação de óleos de petróleo e não existem registos de anteriores aquisições deste produto.

- Produtos agrícolas – representaram 10,1% do total dos produtos importados em 2007, contra 10,9% em 2003, tendo-se registado um forte aumento em termos nominais (104%). Como produtos mais importantes destacam-se os moluscos (4,1%), crustáceos (2%) e café (1,4%).
- Máquinas e aparelhos – este conjunto ocupou a quarta posição no total das importações em 2007, com uma quota de 9% (2,8% em 2003). Comparando os valores importados em 2007 (31,5 milhões de euros) face a 2003, verifica-se um aumento de 607%. O subgrupo das máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes representa 7,8% das importações, destacando-se como principais produtos, numa análise mais fina, os grupos electrogéneos e os conversores rotativos.
- Metais comuns – este grupo de produtos tem vindo a ganhar importância em termos de valor das importações durante o período analisado (+334% em 2007 relativamente a 2003), representando 8% do total. O principal subgrupo importado refere-se a ferro fundido, ferro e aço (5,8%), seguindo-se as obras de ferro fundido (1,3%).
- Calçado – em sexto lugar no ranking dos principais grupos de produtos importados surge o calçado, com uma quota de 6,8% em 2007 e um crescimento de 98% em relação a 2003.
- Plásticos e borracha – este agrupamento representou 5,1% do total importado por Portugal da Índia em 2007 (1,5% em 2003) e registou uma taxa de crescimento de cerca de 626% face a 2003. Numa desagregação mais fina, o subgrupo que mais se destacou foi o dos plásticos e suas obras, com um peso de 4,5%.
- Outros grupos significativos – dos restantes produtos importados, são de destacar o vestuário (4,8% do total em 2007), produtos químicos (4,4%), peles e couros (3,4%) e produtos alimentares (3,2%).

De acordo com dados do INE, verifica-se um crescimento contínuo do número de empresas portuguesas que têm vindo a exportar para a Índia; em 2000 não ultrapassavam as 198, sendo que em 2006 (último ano disponível) já atingiam as 393. Idêntica situação se verifica com o número de empresas portuguesas que importam da Índia; em 2000 foram registadas 1163 empresas, mas em 2006 o número subiu para 1746.

3.2. Investimento

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, a Índia tem vindo a ocupar uma posição de maior relevo enquanto investidor em Portugal, tendo-se posicionado em 15ª lugar em 2007, a que correspondeu uma percentagem de 0,8% do total de investimento directo estrangeiro (IDE).

Por outro lado, enquanto destino do investimento directo português no exterior (IDPE), a Índia revela-se um mercado pouco expressivo, tendo ocupado, em 2007, o 37º lugar do *ranking*.

Importância da Índia nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Portugal como receptor (IDE)	Posição	80 ^a	-	-	36 ^a	15 ^a
	%	0,0	-	0,0	0,0	0,8
Portugal como emissor (IDPE)	Posição	-	57 ^a	67 ^a	67 ^a	37 ^a
	%	-	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

O investimento directo de Portugal na Índia (IDP) regista valores pouco significativos, embora nos dois últimos anos se tenha verificado uma evolução positiva deste indicador, sem que se tenha assistido a qualquer operação de desinvestimento. Em 2007, o valor do IDP atingiu aproximadamente 5,3 milhões de euros.

Investimento Directo de Portugal na Índia

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	0	557	164	539	5.260
Desinvestimento	0	523	235	0	0
Investimento líquido	0	34	-71	539	5.260

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

Apesar destes montantes reduzidos, destacam-se algumas empresas portuguesas com investimento na Índia: Aerosoles (calçado), Soprefa (componentes de calçado), Efacec (máquinas e equipamentos), Amtrol - Alfa Metalomecânica, Alcatel, Millennium BCP, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Innovation Capital, Sogrape e Grupo Nabeiro.

Investimento Directo da Índia em Portugal

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	3	0	0	5.995	231.080
Desinvestimento	29	0	15	80	15
Investimento líquido	-26	0	-15	5.915	231.065

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

Depois de três anos em que a Índia praticamente não investiu em Portugal, em 2006 assistiu-se a uma retoma do investimento, que atingiu cerca de 6 milhões de euros, valor que subiu para 231 milhões de euros em 2007.

3.3. Turismo

A Índia ocupa uma posição modesta enquanto mercado emissor de turistas para Portugal - 34º lugar no *ranking* das dormidas em 2006, a que corresponde um valor de cerca de 18.300 (quota de mercado de 0,1%). No entanto, no período 2003-2006 verificou-se uma taxa de crescimento médio anual das dormidas da ordem dos 10%.

Por outro lado, as receitas geradas pelos turistas indianos alcançaram perto de 3,5 milhões de euros em 2007, o que representou um aumento de 110% relativamente ao ano anterior.

Com base nos dados do INE, constata-se a região preferida pelos turistas indianos é Lisboa e Vale do Tejo, com cerca de 67% do total das dormidas. Nas posições seguintes, surge o Porto e Norte de Portugal, com 19,9%, e o Algarve (7%).

Turismo da Índia em Portugal

	2003	2004	2005	2006	2007	Evol. ^a %
Dormidas ^b	13.815	15.435	15.758	18.297	n.d.	10,0
% do total ^c	0,06	0,07	0,07	0,09	n.d.	
Receitas ^d (10 ³ EUR)	1.879	1.178	1.336	1.648	3.460	27,4
% do total ^c	0,03	0,02	0,02	0,02	0,05	

Fontes: INE; BdP

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período considerado

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

(d) Não inclui as receitas de transporte

n.d. – não disponível

4. Relações Internacionais e Regionais

A Índia é membro, entre outras, da Organização Britânica de Nações (Commonwealth), do Banco Asiático de Desenvolvimento (BasD), do Banco Africano de Desenvolvimento (BafD) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e das suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 1 de Janeiro de 1995.

Ao nível regional é membro da **Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC)**, criada em 1985, e que integrava, como países fundadores, para além da Índia: o Bangladesh, o Butão as Maldivas, o Nepal, o Paquistão e o Sri Lanka. Em Abril de 2007 o Afeganistão tornou-se o oitavo membro. Esta organização tem como principais objectivos promover o bem-estar, acelerar o desenvolvimento económico e social, erradicar a pobreza e melhorar as relações entre os seus Estados-membros.

No decurso da 12ª Cimeira da SAARC (Janeiro de 2004), e com vista a reduzir os obstáculos pautais e não pautais ainda existentes no comércio intra-regional, foi criada a **Área de Livre Comércio do Sul da Ásia (SAFTA)**, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2006, substituindo o Acordo Preferencial de Comércio do Sul da Ásia e que, no futuro, deverá evoluir para uma União Aduaneira e para a União Económica do Sul da Ásia (SAEU).

No que respeita ao **relacionamento bilateral Índia / União Europeia** este rege-se, fundamentalmente, pelo “Acordo de Cooperação em Matéria de Parceria e Desenvolvimento” (de 1994) e pelo “Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento”, estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro.

O primeiro visa reforçar os diversos aspectos da cooperação (ex.: trocas comerciais e investimento; aspectos técnicos, económicos e culturais; e protecção do ambiente), de modo a estabelecer uma relação mais estreita e aprofundada entre as partes. A nível das trocas comerciais tem aplicação o Tratamento da Nação Mais Favorecida.

No que respeita ao “Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento”, que tem por objectivo eliminar a pobreza nos países, territórios e regiões em desenvolvimento (a Índia é país elegível), a assistência comunitária à Ásia dá especial atenção aos seguintes domínios de cooperação, tendo em conta a sua situação específica:

- Prossecução dos ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) nos sectores da saúde, nomeadamente em matéria de VIH/SIDA, e da educação, entre outros, através do diálogo político com vista a reformas sectoriais;
- Resposta aos problemas de governação, em especial nos Estados frágeis, de modo a contribuir para a criação de instituições públicas legítimas, eficazes e sólidas e de uma sociedade civil activa e organizada, e a reforçar a protecção dos Direitos do Homem;
- Promoção de uma maior integração (também a nível regional) através do apoio a diferentes processos de integração e diálogo regional;
- Contribuição para o controlo de epidemias, bem como para a recuperação dos sectores afectados;
- Promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões, dando especial atenção à protecção das florestas e da diversidade biológica;
- Luta contra a produção, consumo e tráfico de drogas, e contra outras formas de tráfico.

De destacar também:

- A estratégia de cooperação UE/Índia para o período 2007-2013 (Country Strategy Paper), que apresenta as seguintes prioridades: apoiar financeiramente o sector social (saúde e educação) e implementar um programa de acção para a promoção de reformas políticas em áreas de interesse mútuo e da cooperação económica;
- Conclusão das negociações entre a União Europeia e a Índia com vista à celebração de um Acordo de Livre Comércio (previsão - finais de 2008 ou no decurso de 2009).

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

Nos últimos anos, a regulamentação que incide sobre as exportações e importações tem sido liberalizada, com grande parte das restrições quantitativas, licenças e controlos discricionários sobre as trocas comerciais a serem substituídos por processos de desregulamentação e simplificação de procedimentos.

Não obstante, o impacto destas medidas foi compensado através de ajustamentos envolvendo direitos aduaneiros mais elevados, mantendo ainda o país um **complexo esquema documental e de procedimentos**, que obriga à apresentação de certificados e preenchimento de formulários, conforme o produto transaccionado.

Em Setembro de 2004 entrou em vigor a nova **Política de Comércio Externo 2004/2009** [http://www.portugalnews.pt/imgupload/Política%20de%20Comércio%20Externo%20\(2004-2009\).pdf](http://www.portugalnews.pt/imgupload/Política%20de%20Comércio%20Externo%20(2004-2009).pdf), com a qual o Governo indiano se propõe estabelecer estratégias que permitam maior abertura, simplificar procedimentos e reduzir a burocracia, os custos das transacções e das tarifas, entre outras medidas. Embora a ênfase destas medidas seja o aumento das exportações (pretende-se duplicar a percentagem do comércio externo indiano no comércio global até 2009), é igualmente fundamental facilitar as importações dos bens necessários ao estímulo da actividade económica.

Apesar das reformas adoptadas, e de hoje em dia grande parte dos produtos ser de importação livre, para alguns continua a ser necessário obter **licenças de importação**, podendo-se assistir a três tipos de situação: a) bens cuja importação é proibida; b) bens de importação restrita ou condicionada; c) bens de importação “canalizada” ou orientada.

No primeiro caso, **importação proibida** (por razões de segurança e saúde públicas e salvaguarda do meio ambiente), encontram-se, por exemplo, certos produtos transformados de origem animal, animais selvagens e marfim.

Os bens de **importação restrita** são normalmente aqueles cuja procura pode ser adequadamente satisfeita pela produção local. Há, ainda, alguns bens inseridos nesta categoria que podem ser importados mediante a obtenção duma licença especial. Entre estes encontram-se certos bens de consumo, pedras preciosas, sementes, animais, insecticidas, alguns aparelhos electrónicos, drogas e químicos, armas e munições.

Quanto à **importação “canalizada”**, a operação deve ser efectuada através de empresas públicas. Nesta categoria integram-se bens como o petróleo e derivados, produtos agrícolas básicos, entre outros.

As licenças são emitidas pelo “Director General of Foreign Trade” (DGFT) e as operações comerciais apenas podem ser efectuadas desde que o operador tenha obtido o “Exporter-Importer Code” (IEC).

No que respeita à **regulamentação técnica de produtos** o “Bureau of Indian Standards” (BIS) é o organismo oficial de normalização, cabendo-lhe a elaboração de normas em vários sectores (ex.: químicos; equipamento electrónico; produtos alimentares; e têxteis).

Existe, também, **regulamentação de etiquetagem e embalagem**, nomeadamente para os produtos alimentares, que estabelece que nos respectivos rótulos deverão constar os seguintes elementos informativos: nome; marca ou descrição do produto; ingredientes em ordem decrescente de acordo com a sua composição por peso e volume; nome e direcção do fabricante ou importador; peso líquido ou volume; mês e ano de fabrico; data de validade.

A pauta aduaneira indiana é relativamente complexa, devido principalmente à aplicação de tarifas gerais e específicas. Salvo algumas excepções, as tarifas aduaneiras são aplicadas numa base “ad valorem”, sendo que a Índia adopta uma estrutura tarifária baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH).

Apesar dos compromissos assumidos com a Organização Mundial do Comércio, na sequência dos quais a importação tem vindo a ser substancialmente liberalizada e desregulamentada, o **imposto aduaneiro base** apresenta **tarifas que variam entre os 5% e os 30%**, com alguns produtos sujeitos a taxas agravadas (ex.: vinho - 150%; café e chá - 100%; arroz - 80%; leite e açúcar - 60%).

Para além dos direitos aduaneiros acrescem, ainda, as seguintes incidências para algumas mercadorias: “Additional Duty” (4%); “Special Countervailing Duty” (taxas variáveis); e “Educational Cess” (3%).

Os direitos aduaneiros e outras taxas incidentes na importação das mercadorias na Índia podem ser consultados, por produto e de forma actualizada, quanto ao momento da exportação, na página *web* da responsabilidade da União Europeia “Market Access Database / Applied Tariffs Database” – <http://mkaccdb.eu.int>.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

A maioria dos projectos de investimento estrangeiro na Índia é efectuada ao abrigo do **sistema de aprovação automática** (automatic route). Sob este tipo de procedimento, o investidor tem apenas de notificar o Banco Central (Reserve Bank of India) no prazo de 30 dias após a transferência do capital.

Para investimentos que necessitem de aprovação governamental, o serviço responsável é o **“Foreign Investment Promotion Board”** (FIPB), do Departamento dos Assuntos Económicos. O FIPB foi constituído principalmente para promover e captar o investimento estrangeiro, bem como para facilitar os procedimentos institucionais, garantir a transparência do processo, aconselhar e aprovar/recomendar propostas de investimento.

Por sua vez, o **“Secretariat for Industrial Assistance”** (SIA), criado na dependência do Departamento de Política e Promoção Industrial, do Ministro do Comércio e Indústria, é o principal serviço de assistência empresarial. Recebe e processa todos os pedidos que necessitem de aprovação governamental, além de acompanhar e verificar os projectos em curso.

Finalmente, o **“Foreign Investment Implementation Authority”** (FIIA) actua como entidade intermediária entre o investidor estrangeiro e as diversas agências governamentais com o objectivo de facilitar a implementação dos processos aprovados e os procedimentos burocráticos envolvidos.

De entre os investimentos que necessitam de **licença prévia** encontram-se os realizados nos sectores da aviação civil, serviço de correios, indústrias estratégicas e da defesa e em empresas públicas do sector do petróleo e combustíveis.

A participação estrangeira é permitida a 100%, na maior parte dos sectores económicos. O mesmo se verifica quando o investimento se situa em “Export-Processing Zones” (EPZ), “Special Economic Zones” (SEZ), “Electronic Hardware Technology Park” (EHTP), “Software Technology Park” (STP), “Bio-Technology Parks (BTP), ou desde que a produção seja totalmente destinada para a exportação – “Export Oriented Units” (EOU).

Noutros sectores, tais como em plantações de chá, o investimento pode ser realizado inicialmente a 100% com capital estrangeiro, desde que posteriormente seja aberto em 26% a parceiros indianos ou ao sector público. Nos sectores das telecomunicações, seguros, bancos, aviação e imprensa escrita, entre outros, a participação é limitada, variando a percentagem de caso para caso.

Os investimentos na agricultura (excepto floricultura, horticultura e plantações de chá), lotaria e jogo, entre outros, estão **vedados ao investimento estrangeiro**, e projectos a desenvolver nas áreas da energia atómica e transportes ferroviários são exclusivo de empresas públicas.

Outros aspectos inerentes à política de investimento estrangeiro são: a) o investimento original, bem como os lucros, podem ser repatriados livremente, desde que cumpridas as obrigações fiscais; b) é permitido o pagamento de direitos ao fornecedor de tecnologia estrangeira, bem como pela utilização de marcas registadas, sem que seja necessário ocorrer transferência de tecnologia.

Em termos de **incentivos**, o Governo financia parte dos custos fixos dos projectos, sendo que os Estados definem várias áreas para fins de atribuição de incentivo, de acordo com o respectivo nível de desenvolvimento. O incentivo concedido é normalmente superior para grandes investimentos em áreas pouco desenvolvidas e os termos e limites são igualmente diferentes de Estado para Estado, dependendo da natureza da indústria que se está a promover.

Estão ainda disponíveis outro tipos de incentivos, como sejam apoios ao nível do fornecimento de energia eléctrica, empréstimos, benefícios fiscais, incentivos regionais e preços preferenciais nas compras efectuadas pelo Governo e suas organizações.

A Índia dispõe também de áreas de comércio livre (**Foreign Trade Zones**), as quais permitem às empresas aí instaladas usufruir de diversos benefícios, entre os quais a isenção de impostos aduaneiros e outras taxas, mediante determinadas condições.

De destacar, igualmente, os incentivos à exportação através das “**Special Economic Zones**” (facultam às empresas bens e serviços isentos de impostos, infra-estruturas adequadas para facilitar a exportação e incentivos fiscais) e das “**Export Oriented Units**” que disponibilizam às empresas industriais que se registem como EOU um conjunto de apoios/vantagens fiscais e administrativas.

À semelhança do que acontece com as trocas comerciais, também ao nível do investimento estrangeiro se verifica uma diversidade de situações, decorrente da própria estrutura política do país. Assim, aconselha-se um estudo aprofundado sobre o funcionamento do mercado indiano e da sua economia em geral antes de se proceder a uma operação de investimento directo.

Para obtenção de informação mais completa sugerimos a consulta do manual sobre a referida matéria, disponível no Site www.indiainbusiness.nic.in.

Finalmente, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento, foram celebrados entre Portugal e a Índia o **Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos** (em vigor desde Julho de 2002) e a **Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento** (em vigor desde Abril de 2000).

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Foreign Trade Policy (FTP) 2004-2009 (com alterações posteriores)* – Estabelece o novo quadro da Política de Comércio Externo Indiana.
- *Foreign Exchange Management Act, 1999* – Consolida a regulamentação relativa às transacções de capitais para a Índia, com vista a facilitar o comércio externo e o pagamento das respectivas operações.
- *Customs Tariffs Act, 1975 (com alterações posteriores)* – Aprova a Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação.
- *Customs Act, 1962 (com alterações posteriores)* – Aprova o Código Aduaneiro.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Income-tax Act, 1961 (com alterações posteriores)* – Regula a tributação sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas.
- *Companies Act, 1956 (com alterações posteriores)* – Dispõe relativamente às formas de constituição de sociedades na Índia.
- *Industries (Development and Regulation) Act, 1951 (com alterações posteriores)* – Define os sectores de actividade que necessitam de licença de investimento.

O quadro legal indiano reparte-se pela legislação do Governo Central e dos Governos Estaduais. Dada a sua diversidade, sugerimos consulta a algumas páginas da Internet, nomeadamente: <http://lawmin.nic.in/legis.htm>; www.laws4india.com.

Acordos Relevantes

- *Resolução da Assembleia da República n.º 20/2002 e Decreto do Presidente da República n.º 18/2002, de 21 de Março* – Aprova, para ratificação, e ratifica, respectivamente, o Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre Portugal e a Índia.
- *Resolução da Assembleia da República n.º 20/2000 e Decreto do Presidente da República n.º 8/2000, de 6 de Março* – Aprova, para ratificação, e ratifica, respectivamente, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre Portugal e a Índia.

Para mais informação legislativa sobre mercados externos os interessados podem consultar a Jurisnet – <http://www.portugalnews.pt/juris/matriz.asp>

6. Informações Úteis

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado indiano é a seguinte (Março 2008):

- Curto prazo – Aberta sem condições restritivas.
- Médio/Longo prazo – Garantia bancária.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da Cosec.

Formalidades na Entrada

É exigido o passaporte válido a todos os visitantes. É necessário visto para todos os cidadãos estrangeiros, sendo que os seus detentores podem viajar para qualquer parte do país, excepto para determinadas regiões, para as quais é necessária autorização especial (Estados do Nordeste, ilhas Andaman e Nicobar e Estado de Sikkim e Cachemira).

Além das formalidades legais, aconselha-se ainda a vacinação contra o tétano, febre amarela, febre tifóide, hepatites A e B e meningite, além de tratamento médico, prévio à viagem, contra a malária. A vacinação contra a encefalite japonesa é aconselhada pela OMS. É recomendável a aquisição de seguro para assistência médica no país.

Hora Local

Corresponde ao UTC mais cinco horas e trinta minutos. Face a Portugal, tem igual diferença horária no Verão e quatro horas e trinta minutos no Inverno.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

9h30-17h30

De Segunda-feira a Sexta-feira (encerram 30 minutos para almoço).

Correios:

10h00-17h00

(Segunda-feira a Sexta-feira)

Bancos:

10h00-14h00

(Segunda-feira a Sexta-feira)

10h00-12h00

(Sábado)

Comércio:

10h00-19h00

(Segunda-feira a Sábado)

Monumentos e Museus:

10h00-18h00

De Segunda-feira a Sexta-feira (encerram uma hora para almoço). Quanto aos templos, é normal encerrarem no período das 13h00-16h00.

Feriados

Em termos estritos, apenas existem os seguintes feriados nacionais: 26 de Janeiro – Dia da República; 15 de Agosto – Dia da Independência; e 2 de Outubro – Aniversário de Mahatma Gandhi. Contudo, cada região e religião celebra muitas festividades (em datas móveis) que numa lista oficial ascende a 87. Eis os dias feriados em 2008 em que os serviços públicos estão encerrados:

19 de Janeiro – “Muharram” (Novo Ano Islâmico)

26 de Janeiro – Dia da República

6 de Março – “Mahashivratri”

21 de Março – Sexta-feira Santa

22 de Março – “Holi”

14 de Abril – “Sri Rama Navami”

18 de Abril – “Mahavir Jayanthi”

20 de Maio – “Buddha Purnima”

15 de Agosto – Dia da Independência

24 de Agosto – “Janmashtami”

2 de Outubro – Aniversário de Mahatma Gandhi; Eid al-Fitr

9 de Outubro – “Dussehra” /Vijaya Dasami

28 de Outubro – “Deepavali or Diwali” (Festival das Luzes)

13 de Novembro – Aniversário de Guru Nanak

9 de Dezembro – Idu`z Zuha/Bakrid

25 de Dezembro – Natal

Corrente Eléctrica

220-240 volts AC, 50 Hz. O abastecimento de electricidade é irregular no Verão e de voltagem baixa. As tomadas de três pinos são as mais correntes. É recomendável um estabilizador de corrente.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico, embora o sistema britânico também seja utilizado.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

aicep Portugal Global

Sede: O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2º

4150-074 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Embaixada da Índia em Lisboa

Rua Pêro da Covilhã, 16

1400-297 Lisboa

Tel.: 21-3041090 | Fax: 21-3016576

E-mail: main@indembassy-lisbon.org | <http://www.indembassy-lisbon.org>

Na Índia

Entidades Oficiais Portuguesas

Embaixada de Portugal em Nova Delhi

8, Olof Palme Marg

Vasant Vihar

New Delhi 110057 - Índia

Tel.: 91-11-26142215 | Fax: 91-11-26152837

E-mail: empartin@ndf.vsnl.net.in | <http://www.embportindia.com>

aicep Portugal Global – New Delhi
No.4, Panchsheel Marg,
Ground Floor
Chanakyapuri,
New Delhi 110021 - Índia
Tel: (00 91) 11 460 250 82/83/84
E-mail: aicep.newdelhi@portugalglobal.pt

Entidades Oficiais Indianas

Ministérios

Ministry of Commerce and Industry
Udyog Bhavan
New Delhi 110011 - India
Tel.: 91-11-23010008 | Fax: 91-11-23019947
<http://www.commerce.nic.in>

Ministry of Finance
North Block
New Delhi 110001 - India
Tel.: 91-11-23092810 | Fax: 91-11-23093289
E-mail: jsde@finance.delhi.nic.in | <http://www.finmin.nic.in>

Ministry of External Affairs
South Block
New Delhi – 21 - Índia
Tel.: 91-11-23014531 | Fax: 91-11-23013945
<http://www.mea.gov.in>

Ministry of Tourism
Transport Bhavan
Parliament St.
New Delhi 110001 - India
Tel.: 91-11-23711995 | Fax: 91-11-23710518
E-mail: contactus@incredibleindia.org | <http://www.incredibleindia.org>

Banco Central

Reserve Bank of India
Shahid Bhagat Singh Rd.
Mumbai 400001 - Índia
Tel.: 91-22-22660500 | Fax: 91-22-22660817
E-mail: rdmumbai@rbi.org.in | <http://www.rbi.org.in>

Banco Estatal Principal

State Bank of Índia
Corporate Centre - Madame Cama Rd.
POB 10021
Mumbai 400021 - Índia
Tel.: 91-22-22022426 | Fax: 91-22-22851391
E-mail: sbii@boms.vsnl.net.in | <http://www.sbi.co.in>

Principais Bolsas de Valores

Bombay Stock Exchange
Phiroze Jeejeebhoy Towers - . 25th Floor Dalal St.
Fort
Mumbai 400001 - India
Tel.: 91-22-22721233 | Fax: 91-22-22655720
E-mail: info@bseindia.com | <http://www.bseindia.com>

National Stock Exchange of India Ltd.
Exchange Plaza
Bandra-Kurla Complex - Bandra (East)
Mumbai 400052 - India
Tel.: 91-22-26598100 | Fax: 91-22-26598120
E-mail: ignse@nse.co.in | <http://www.nseindia.com>

Câmaras de Comércio e Indústria

Associated Chambers of Commerce and Industry of India (ASSOCHAM)
147B, Gautam Nagar
Gulmohar Enclave
New Delhi 110049 - India
Tel.: 91-11-26512477 | Fax: 91-11-26512154
E-mail: assochem@nic.in | <http://www.assochem.org>

Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry
Federation House
Tansen Marg
New Delhi 110001 - India
Tel.: 91-11-23738760 | Fax: 91-11-23320714
E-mail: ficci.bisbet@gems.vsnl.net | <http://www.bisnetindia.com>

Associações

Indian Banks' Association
Unit Nos.1, 2 e 4, 6th Floor
Centre I Bldg., World Trade Centre Complex
Cuffe Parade
Mumbai 400005
Tel.: 91-22-22844999 | Fax: 91-22-22835638
E-mail: ibastadium@vsnl.net | <http://www.iba.org>

Confederation of Indian Industry
23 Institutional Area - Lodi Rd.
New Delhi 110003 - India
Tel.: 91-11-24629994 | Fax: 91-11-24626149
E-mail: cii@ciionline.org | <http://www.ciionline.org>

All India Organization of Employers (AIOE)
Federation House - Tansen Marg
New Delhi 110001 - India
Tel.: 91-11-23316121 | Fax: 91-11-23320714

Employers' Association of Northern India
14/113 Civil Lines
POB 344
Kanpur 208001 - India
Tel.: 91-512-2210513

Employers' Federation of Southern India
Karumuttu Centre
1st Floor, 634 Anna Salai
Chennai 600035 - India
Tel.: 91-44-24349452 | Fax: 91-44-24349164
E-mail: efsi@vsnl.net

Outras Entidades

Department of Commerce
Udyog Bhavan
New Delhi 110011 - India
Tel.: 91-11-23010008 | Fax: 91-11-23019947
E-mail: commerce.hub@mic.in | <http://commerce.nic.in>

Directorate General of Foreign Trade
Udyog Bhavan, H-Wing, Gate No.2
Maulana Azad Rd.
New Delhi 110011
Tel.: 91-11-23061562 | Fax: 91-11-2306225
E-mail: dgft@nic.in | <http://dgft.delhi.nic.in>

India Trade Promotion Organization (ITPO)
Pragati Bhavan
Pragati Maidan
New Delhi 110001
Tel.: 91-11-23371540 | Fax: 91-11- 23371492/3
E-mail: info@itpo-online.com | <http://www.indiatradefair.com>

8. Fontes de Informação

8.1 Informação Online aicep Portugal Global

Documentos Específicos sobre a Índia

- Título: “Índia – Dossier Especial”
Edição: 06/2007
- Título: “Índia – Informações e Endereços Úteis”
Edição: 02/2007
- Título: “Índia – Relações Económicas com Portugal”
Edição: 11/2006
- Título: “Índia – Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos”
Edição: 06/2005

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 11/2005
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação Online pode ser consultada em <http://www.portugalnews.pt/econo/matriz.asp>

8.2 Endereços de Internet

- *Assembleia Nacional* – www.parlamento.ao
- *Central Board of Excise and Customs* – www.cbec.gov.in
- *Central Statistical Organization (CSO)* – mospi.nic.in/stat_act.htm
- *Directorate General of Commercial Intelligence and Statistics* – dgciskol.nic.in
- *Department of Industrial Policy & Promotion* – <http://dipp.gov.in>
- *Directory of Indian Government Websites* – www.goidirectory.nic.in
- *Federation of Indian Chambers of Commerce & Industry* – www.ficci.com
- *Income Tax Department* – www.incometaxindia.gov.in

- *Indianinvest* – <http://indianinvest.com>
- *Investment and Trade Promotion Division* – www.indiainbusiness.nic.in
- *Ministry of Corporate Affairs* – www.mca.gov.in
- *Ministry of External Affairs* – meaindia.nic.in
- *Ministry of Law and Justice* – <http://lawmin.nic.in/legis.htm>
- *National Centre for Trade Information* – www.ncti-india.com
- *The National Portal of India* – www.india.gov.in